



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA – SALA DAS COMISSÕES

CADERNO DE PROVA
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DE
CARREIRA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. O candidato está recebendo, juntamente com este **caderno de prova**, o **cartão-resposta**, **único e insubstituível**. **Confira o seu nome**.
2. O cartão-resposta apresenta um campo em que o candidato **deve assinar**.
3. Este caderno de prova **contém 100 questões**, todas com cinco alternativas. Para cada questão existe apenas **UMA** resposta **certa**. O caderno de prova só será trocado se apresentar problema de impressão.
4. O caderno de prova **será devolvido** ao fiscal, juntamente com o **cartão-resposta**.
5. A tarefa do candidato consiste em analisar o conteúdo de cada questão e assinalar a resposta que julgar certa. A **interpretação** das questões, bem como das instruções, faz parte da prova.
6. Durante a aplicação da prova **NÃO** serão fornecidas quaisquer informação acerca das questões apresentadas. Caso queira **manifestar o seu inconformismo**, o candidato deverá apresentá-lo em tempo hábil no Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça.
7. Preencha o cartão-resposta na mesma sequência das questões do caderno de prova (de n. 1 a n. 100). A resposta deve ser assinalada conforme instruções contidas no cartão-resposta. A **rasura** implicará a **anulação da resposta**.
8. Na página de número 31, o candidato encontrará uma grade de respostas para anotar o seu gabarito. **Recorte-a e leve-a consigo**.
9. A duração da prova é de seis horas. A **saída do candidato** só será permitida após transcorrida uma hora do início da mesma. Os **três últimos** candidatos a terminar a prova deverão **retirar-se** da sala simultaneamente.
10. A prova e o gabarito serão divulgados no dia 6 de setembro, após as 16 (dezesesseis) horas, no sítio do Tribunal de Justiça **www.tjsc.jus.br** e na **Sala das Comissões**, 11º andar. O resultado **NÃO** será fornecido por telefone.

FLORIANÓPOLIS, 5 de setembro de 2010.

DIREITO CIVIL

1ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A liberdade de contratar é exercida em razão e nos limites da função social do contrato. No sistema do Código Civil, quando há no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, nem sempre adota-se a interpretação mais favorável ao aderente. Contudo, nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- II. É nulo o negócio jurídico quando: celebrado por pessoa absolutamente incapaz; for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto; o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito; tiver por objetivo fraudar lei imperativa; derivar de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores. O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
- III. É lícito aos interessados prevenir ou terminar o litígio mediante concessões mútuas. A transação, se recair sobre direitos contestados em juízo, será feita por escritura pública ou por termo nos autos, assinado pelos transigentes e homologado pelo juiz.
- IV. O texto do Código Civil contempla, sempre que necessário, cláusulas gerais. As cláusulas gerais conferem ao sistema jurídico flexibilidade e capacidade de adaptação à evolução do pensamento e comportamento social e importam em avançada técnica legislativa de enunciar, através de expressões semânticas relativamente vagas, princípios e máximas que compreendem e recepcionam a mais variada sorte de hipóteses concretas de condutas tipificáveis, já ocorrentes no presente ou ainda por se realizarem no futuro.

- a) Somente as proposições I e II estão incorretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- d) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Na cessão por título oneroso, o cedente fica responsável perante o cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu. Todavia, salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor. A cessão de crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita.
- II. O contrato de transporte de pessoas é aquele em que o transportador se obriga a remover uma pessoa e sua bagagem de um local a outro mediante remuneração. O transportador responde pelos danos causados aos viajantes e

suas bagagens oriundas de desastres não derivados de força maior, cujos efeitos não era possível evitar, considerada nula a cláusula excludente de responsabilidade. Deve por isto pagar indenização por danos morais e patrimoniais de acordo com a natureza e a extensão dos prejuízos, abrangidos por exemplo os gastos com estadia e alimentação, as despesas médico-hospitalares e a perda de negócios não realizados em decorrência do atraso ou não realização do transporte.

- III. A coação, pressão física ou moral, para viciar a declaração de vontade, há de ser tal que incuta sobre a pessoa contratante fundado temor de dano iminente e considerável a ela à sua família ou aos seus bens. Não se cogita de coação se o temor de dano for relacionado com pessoa não pertencente à família do paciente.
- IV. Nos contratos de corretagem, a remuneração é devida ao corretor se ele mediou e aproximou as partes (vendedora e compradora) e elas acordaram no negócio, ainda que posteriormente as partes modifiquem as condições ou se arrependam, de modo que o negócio (compra e venda) não venha a se efetivar. Se, por não haver prazo determinado, a parte dona do negócio dispensar o corretor e o negócio se realizar posteriormente como fruto da mediação deste, a corretagem lhe será devida.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

3ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Com a edição do Código Civil de 2002, a boa-fé objetiva passou a princípio explícito que exerce sua função harmonizadora para conciliar o rigorismo lógico-dedutivo com as exigências éticas atuais, abrindo as janelas do positivismo jurídico para o ético. No âmbito do contrato o princípio da boa-fé sustenta o dever de as partes agirem conforme a economia e a finalidade do contrato, de modo a conservar o equilíbrio substancial e funcional entre as obrigações correspectivas que formaram o sinalagma contratual.
- II.** Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem. Isto representa dizer que cabe ao intérprete investigar qual a real intenção dos contratantes, pois o que interessa é a vontade real e não a declarada.
- III.** O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado. O contrato preliminar traça os contornos de um contrato final que se pretende efetivar no momento oportuno, gerando direitos e deveres para as partes que assumem a obrigação de contrair contrato definitivo. Se dele não constar cláusula de arrependimento, qualquer das partes terá o direito de exigir a celebração do definitivo, assinando prazo à outra para que o efetive.
- IV.** A pessoa jurídica é uma realidade autônoma, capaz de direitos e obrigações independentemente de seus membros, pessoas naturais. Porém, o juiz pode decidir, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, quando este intervenha no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. Esta possibilidade todavia depende de circunstâncias expressamente definidas na lei, a saber, desvio determinante da finalidade estipulada pela pessoa jurídica quando de sua constituição e confusão patrimonial.

- a) Todas as proposições estão corretas.
b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
e) Somente as proposições I e III estão corretas.

4ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Nos contratos de seguro, segurado e segurador são obrigados a guardar na conclusão e na execução do contrato a mais estrita boa-fé e veracidade, tanto a respeito do objeto como das circunstâncias e declarações a ele concernentes. Somente as falsas declarações intencional e voluntariamente prestadas na proposta, capazes de influenciar na sua aceitação pela seguradora, é que ensejam a esta fazer valer a sanção da perda do direito à indenização pelo segurado.

- II.** As benfeitorias podem ser: voluptuárias, como por exemplo a construção de uma piscina em casa particular; necessárias, como a construção de uma garagem ou a realização de serviços em alicerce de uma casa que cedeu; úteis, como a troca de encanamento enferrujado ou de fiação elétrica que possa provocar curto-circuito.
- III.** O absolutamente incapaz tem por domicílio o de seu representante legal. O domicílio do preso é o do lugar em que cumprir a sua sentença. O denominado domicílio necessário é aquele determinado por lei em razão da condição ou situação de certas pessoas.
- IV.** É lícito às partes estipular contratos atípicos desde que observadas as normas gerais do Código Civil. Os contratos atípicos são os que não são expressamente disciplinados pelo Código Civil e são admitidos ante o princípio da autonomia da vontade desde que não contrariem por exemplo a ordem pública, os bons costumes e a função social do contrato.
- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
d) Somente as proposições II e III estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

5ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz supre a prova que se pretendia obter com o exame. Em ação de investigação de paternidade, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção absoluta de paternidade, de modo que a negativa do réu leva o juízo a presumir como verdadeiros os fatos contra ele alegados.
- II. O Código Civil prevê que o médico no exercício da profissão, ao causar a morte do paciente, por negligência, imprudência ou imperícia, está obrigado a prestar indenização consistente no pagamento das despesas do funeral, do luto da família e da prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia.
- III. A ação de indenização do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em um ano. Porém, o pedido de pagamento de indenização feito diretamente à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado seja comunicado da decisão de recusa.
- IV. O dispositivo que prevê que ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica pressupõe três princípios: o princípio da autonomia, que preconiza o respeito à vontade do paciente ou de seu representante, se incapaz, exigido o consentimento livre e informado; o princípio da beneficência, que recomenda a busca do bem-estar do paciente, evitando-se, na medida do possível, danos e risco de vida; o princípio da não-maleficência, que prevê a obrigação de não se acarretar dano ao paciente.
- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
d) Somente as proposições II e III estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

6ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O desdobramento vertical da posse se dá em casos como os da locação, comodato ou compra e venda simples.
- II. O detentor tem legitimidade para agir processualmente na defesa da posse que exerça.
- III. A composses exige litisconsórcio necessário dos compossuidores no manejo dos interditos contra terceiros.
- IV. A qualificação de “injusta” da posse não é idêntica nas hipóteses de interditos possessórios e de reivindicação.
- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
b) Somente as proposições I e II estão corretas.
c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
d) Somente a proposição IV está correta.
e) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

7ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O possuidor de boa-fé tem direito de indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis, mas apenas pode exercer direito de retenção pelas necessárias.
- II. O possuidor de boa-fé tem direito de pedir indenização pelas benfeitorias voluptuárias, mas não pode exercer direito de retenção.
- III. O possuidor de má-fé tem direito de indenização tanto das benfeitorias necessárias quanto das úteis, em razão da vedação ao enriquecimento sem causa.
- IV. O valor de indenização das benfeitorias será, em qualquer caso, o valor de custo e não o atual.
- a) Todas as proposições estão incorretas.
b) Somente as proposições I e III estão incorretas.
c) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
d) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
e) Somente as proposições I e II estão incorretas.

8ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Não pode casar o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
- II. É da essência do ato a certidão, de modo que o casamento somente pode ser provado por ela.
- III. É nulo o casamento por violação de impedimento e anulável aquele celebrado em desacordo com as regras da idade núbil.
- IV. Mesmo o casamento nulo, se celebrado de boa-fé por ambos os cônjuges, produz efeitos em relação a estes e aos respectivos filhos até a data da sentença anulatória.
- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
b) Somente as proposições I e III estão corretas.
c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
d) Somente as proposições II e III estão corretas.
e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

9ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O direito de representação se dá nas linhas descendente e ascendente.
- II. O renunciante à herança de uma pessoa poderá representá-la na sucessão de outra.
- III. São testamentos ordinários o público, o cerrado e o particular; e especiais o marítimo, o aeronáutico e o militar.
- IV. Havendo necessidade, podem-se criar outras modalidades de testamentos especiais, por meio de escritura pública.
- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
b) Somente as proposições I e III estão corretas.
c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
d) Somente as proposições II e III estão corretas.
e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

10ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O Código Civil, ao prescrever que o juiz pode reduzir equitativamente a reparação do dano material se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, adota a teoria da gradação da culpa a influenciar na definição do *quantum* indenizatório. Contudo, nas hipóteses de responsabilidade objetiva, por não se apurar a culpa, não se cogita da diminuição da indenização.
- II. A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido. Se o ofendido não puder provar prejuízo material, cabe ao juiz fixar o valor da indenização por dano moral no correspondente ao dobro da multa no grau máximo da pena criminal respectiva, modulado conforme as circunstâncias do caso.
- III. No caso de prisão ilegal, a pessoa jurídica de direito público será a responsável direta pelo dano causado a pessoa física. A privação do exercício de liberdade pessoal é reparada mediante o pagamento de indenização das perdas e danos que sobrevierem ao ofendido. Se este não puder provar o prejuízo material, cabe ao juiz fixar equitativamente o montante indenizatório, atendidas as peculiaridades do caso.
- IV. O empregador é também responsável pela reparação civil por ato de seu empregado que no exercício do trabalho que lhe competir ou em razão dele causar dano a terceiro, desde que caracterizada, por parte do patrão, a culpa *in vigilando* ou a culpa *in eligendo*.
- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

11ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Após homologação judicial, extingue-se o poder familiar pela emancipação derivada da concessão por ambos os pais ou de um deles na falta do outro, se o menor tiver 16 (dezesesseis) anos completos. Se houver discordância entre os pais na concessão ou não da emancipação é assegurado o direito de um dos genitores ou de o menor recorrer ao Poder Judiciário.
- II. Não basta o adultério da mulher, com quem o marido vivia sob o mesmo teto, para ilidir a presunção legal da paternidade do filho. No entanto, a confissão materna, a critério do juiz, pode ser considerada suficiente como meio de prova para a exclusão da paternidade.
- III. A perda do poder familiar é uma sanção imposta por sentença judicial ao pai ou à mãe que executar atos que a justificam, como por exemplo uso abusivo de álcool ou de entorpecentes, prática de obscenidades no lar testemunhadas pelo menor ou submissão da

criança ou adolescente a abuso sexual.

- IV. O Código Civil prevê que, se o pai ou a mãe que deve alimentos em primeiro lugar não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, os avós podem ser obrigados a prestar alimentos aos netos. Esta obrigação não tem o caráter de solidariedade mas o de subsidiariedade e de complementariedade.
- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
d) Somente as proposições II e III estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

12ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O processo civil brasileiro adota a regra da eventualidade ao impor ao demandado o dever de alegar na contestação, a um mesmo tempo, todas as defesas que tiver contra o pedido do autor, ainda que sejam incompatíveis ou contraditórias entre si, pois na eventualidade de o juiz não acolher uma delas, passa a examinar a outra.
- II. A convenção de arbitragem não é pressuposto processual por ser matéria de direito dispositivo que, para ser examinada, não dispensa a iniciativa do réu. Caso o réu não alegue o processo prossegue e é julgado perante a jurisdição estatal. A ausência de alegação do réu torna a justiça estatal competente para julgar a lide e, por inexistir qualquer invalidade, o processo não será extinto.
- III. A competência absoluta do juízo é matéria de ordem pública sobre a qual não se opera a preclusão pois não está ligada ao princípio dispositivo uma vez que não se trata de direito disponível. A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, compreendidos os graus de instâncias ordinárias, a saber, primeiro grau de jurisdição, apelação, embargos infringentes, recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.
- IV. Em ação de reparação de danos por ato ilícito permite-se ao autor que formulara pedido de reparação de danos patrimoniais acrescer, até a citação do réu, sem audiência deste, ou depois da citação, com a aquiescência deste, o pedido de indenização por dano moral, desde que resultante do mesmo ato ilícito.
- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
b) Somente a proposição III está correta.
c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

13ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O comparecimento espontâneo do réu, desde que se dê por citado, acarreta o suprimento do vício da inexistência ou invalidade da citação. Se o réu impugna a existência ou a validade da citação, considera-se citado apenas no momento em que seu advogado for intimado da decisão que reconhece o vício, hipótese todavia em que não se opera a devolução de todo o prazo para contestar mas apenas do termo que sobejar.
 - II. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada. Se o autor apelar é facultado ao juiz decidir, no prazo de cinco dias, por não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.
 - III. A convenção de arbitragem é o conjunto formado pela cláusula compromissória e pelo compromisso arbitral. A simples existência de cláusula compromissória pode ensejar a arguição da preliminar em contestação. O réu pode alegar que a demanda não pode ser submetida ao juízo estatal, quer diante apenas da cláusula ou compromisso, quer esteja em curso o procedimento arbitral.
 - IV. A incompetência absoluta, em razão da matéria ou funcional (hierárquica) é tema passível de arguição como preliminar de contestação; é matéria de ordem pública não sujeita a preclusão; é alegável por qualquer das partes, a qualquer tempo e grau de jurisdição, sob qualquer forma, a saber, petição simples, exceção, preliminar de contestação, razões, contrarrazões de recurso.
- a) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
 - b) Somente a proposição IV está incorreta.
 - c) Somente as proposições II e III estão incorretas.
 - d) Somente a proposição I está incorreta.
 - e) Todas as proposições estão incorretas.

14ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A nulidade de cláusula de eleição do foro, mesmo em contrato de adesão, não pode ser declarada de ofício pelo juiz, por tratar-se de competência em razão do território e portanto relativa. A única exceção, em tema de competência relativa, a permitir a manifestação do juiz sem provocação da parte é a hipótese de ações fundadas em direito real sobre imóveis, em que a competência será sempre do foro da situação da coisa.
- II. O indeferimento liminar da petição inicial por inadequação de procedimento sem que se dê oportunidade ao autor para emenda da inicial caracteriza cerceamento de jurisdição. Apenas se sanável o vício ou irregularidade é que o

juiz deve dar oportunidade ao autor para emendar a inicial. O juiz deve intimá-lo para que emende a inicial no prazo de 10 (dez) dias e apenas depois dessa providência, no silêncio do autor, é que o juiz indefere a inicial.

- III. Os fundamentos de fato compõem a causa de pedir remota: é o que mediatamente autoriza o pedido; é o direito, o título; os fundamentos jurídicos compõem a causa de pedir próxima: é o inadimplemento, a ameaça ou a violação do direito.
 - IV. O rótulo que se dá à causa é irrelevante perante a ciência processual. Não tem importância a indicação do *nomen juris* uma vez que a qualificação jurídica que emana da argumentação encetada pelo autor não tem o condão de pré-fixar a atuação judicial quanto ao direito aplicável.
- a) Todas as proposições estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - c) Somente a proposição II está correta.
 - d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
 - e) Somente as proposições I e III estão corretas.

15ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Dá-se a litispêndência quando se repete ação idêntica a uma que se encontra em curso, isto é, quando a ação proposta tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir (próxima e remota) e o mesmo pedido (mediato e imediato). A segunda ação tem que ser extinta sem resolução do mérito. A litispêndência é instituto que alcança os processos contenciosos e os procedimentos de jurisdição voluntária.
- II.** A conexão é causa de modificação da competência relativa. Duas ou mais ações serão conexas quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir (próxima ou remota). O acolhimento desta preliminar faz com que o juiz remeta os autos ao juízo prevento, ou, se ele for o prevento, que requisite os autos do outro juízo por onde corre a ação conexa. O objetivo da conexão é a reunião das ações para receberem julgamento conjunto, evitando-se decisões conflitantes.
- III.** A ação declaratória incidental pode ser provocada apenas pelo autor para que seja decidida questão relativa a outro estado ou relação jurídica que se apresenta no processo como mero antecedente lógico da questão principal mas que não poderia ser, por si só, objeto de processo autônomo. A ação declaratória incidental é ação distinta da ação principal mas que se desenvolve no mesmo processo; sua finalidade principal é a economia processual; forma a coisa julgada sobre a questão prejudicial e evita que esta (a prejudicial) seja objeto de nova discussão, novas provas e nova decisão, em demanda futura, entre as mesmas partes.
- IV.** Ao proclamar a ilegitimidade passiva do réu indicado pelo autor, pode o juiz, no exercício de seus poderes discricionários de direção e desenvolvimento do processo e em observância ao princípio da instrumentalidade, determinar a inclusão no processo de quem, segundo o seu entendimento, seja parte legítima para a ação proposta.
- a)** Somente as proposições II e IV estão incorretas.
b) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
c) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
d) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
e) Todas as proposições estão incorretas.

16ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Na concessão da tutela inibitória antecipada são observados os seguintes critérios: relevância da fundamentação; receio de ineficácia do provimento final; possibilidade de concessão de liminar ou de realização de justificação prévia, citado o réu; admissibilidade de revogação ou modificação da medida a qualquer tempo sempre por decisão fundamentada. Para efetivação da

tutela inibitória específica, o juiz pode impor astreintes (multas diárias) ou determinar medidas de sub-rogação, a saber: imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

- II.** Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos (*fumus boni iuris e periculum in mora*), deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado. Por esta razão, não se justifica a exigência, por parte do juiz, que a parte proponha ação autônoma para obtenção de medida cautelar, que pode perfeitamente ser concedida no âmbito do processo de conhecimento.
- III.** Pelo princípio da causalidade, define-se que a nulidade de um ato do procedimento contamina os posteriores que dele sejam dependentes, com a consequência de ter-se de anular todo o processo a partir do ato celebrado com imperfeição. O princípio da instrumentalidade das formas por seu turno estabelece que só são anulados os atos imperfeitos se o objetivo não tiver sido atingido, pois o que interessa afinal é o objetivo do ato e não o ato em si mesmo. Pelo princípio do interesse, a própria parte que tiver dado causa à nulidade relativa não será legitimada a pleitear a anulação do ato.
- IV.** O princípio da persuasão racional na apreciação da prova recomenda: observância das regras lógicas e máximas da experiência comum; inadmissibilidade de convicção formada exclusivamente com base em intuição pessoal afastada das regras lógicas e do senso comum; indicação dos motivos e circunstâncias que conduzem à convicção acerca da veracidade dos fatos alegados e provados; motivação do convencimento com amparo na prova dos autos.
- a)** Somente as proposições I e III estão corretas.
b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
c) Todas as proposições estão corretas.
d) Somente as proposições II e III estão corretas.
e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

17ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Coisa julgada material é a qualidade que torna imutável e indiscutível o comando que emerge da parte dispositiva da sentença de mérito não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário, nem à remessa necessária (duplo grau de jurisdição necessário). No processo civil, não se pode ajuizar ação contra coisa julgada, exceto nos casos expressamente autorizados pelo sistema, como por exemplo ação rescisória, impugnação ao cumprimento de sentença e embargos do devedor.
- II.** Não dependem de prova os fatos: notórios; afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; admitidos, no processo, como incontroversos; em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade. A critério do juiz, pode ser admitida a confissão em juízo acerca de estado familiar e cidadania da pessoa. Excepcionalmente, nas ações que versem sobre bens imóveis, a confissão de um cônjuge vale sem a do outro.
- III.** O autor precisa demonstrar em juízo a existência do ato ou fato por ele descrito na inicial como ensejador de seu direito. Ao réu, por seu turno, incumbe o ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, como por exemplo a exceção do contrato não cumprido; a novação; o pagamento e a prescrição.
- IV.** O juiz, em qualquer tempo ou grau de jurisdição, requisitará às repartições públicas as certidões necessárias à prova das alegações das partes, desde que se apresente razoável a iniciativa do juiz, demonstrada a impossibilidade de a parte obter pessoalmente a informação.
- a)** Somente as proposições II e IV estão incorretas.
b) Somente a proposição IV está incorreta.
c) Somente a proposição II está incorreta.
d) Somente as proposições I e III estão incorretas.
e) Somente as proposições II e III estão incorretas.

18ª Questão: Sobre os Juizados Especiais Cíveis (Lei n. 9.099/1995), assinale a alternativa **correta**:

- I.** Podem processar-se, dentre outras, ações de despejo para uso próprio, de indenização por acidentes de veículos de via terrestre, de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.
- II.** A sentença condenatória será ineficaz na parte que exceder a alçada estabelecida na lei; a sentença condenatória ilíquida, desde que genérico o pedido, será submetida a liquidação de sentença por arbitramento ou artigos; o recurso, no qual a parte vencida é obrigatoriamente representada por advogado, será interposto no prazo de quinze dias, contados da ciência da sentença, e será julgado por três juízes de primeiro grau de

jurisdição.

- III.** A pessoa física, cessionária de direito da pessoa jurídica, pode figurar como autora; admite-se a intervenção de terceiros na modalidade de assistência e permite-se o litisconsórcio; o réu é autorizado na contestação a formular em seu favor pedido contraposto, dentro dos limites fáticos da lide e da competência do Juizado.
- IV.** A decisão proferida por juiz leigo em sede de Juizado Especial deverá ser imediatamente submetida ao juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra sentença em substituição ou determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.
- a)** Somente as proposições I e IV estão corretas.
b) Somente as proposições I e III estão corretas.
c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
d) Somente as proposições II e III estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

19ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição o não cumprimento, com exatidão, de provimentos mandamentais ou a criação de embaraços à efetivação de provimentos jurisdicionais de natureza antecipatória ou final a ensejar às partes e a todos aqueles que de qualquer forma participam do processo, sanções criminais, civis, processuais e pecuniárias.
- II.** O litisconsórcio multitudinário caracteriza-se quando há número muito grande de litisconsortes no processo. O juiz pode limitá-lo, nas hipóteses de litisconsórcio facultativo ou necessário, quando houver comprometimento da rápida solução do litígio ou dificuldade de defesa. A determinação de desmembramento, no caso de dificuldade de defesa, depende de pedido expresso do réu, que deve fazê-lo no prazo de resposta.
- III.** O juiz pode determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida. A determinação de segunda perícia pressupõe que a já realizada seja inválida ou deva ser descartada.
- IV.** O autor fixa os limites da lide e da causa de pedir na petição inicial e cabe ao juiz decidir de acordo com esse limite. É proibido ao juiz proferir sentença a favor do autor, para condenar o réu em quantidade superior (*extra petita*), condená-lo em objeto diverso do que lhe foi demandado (*ultra petita*) ou abaixo do pedido (*citra* ou *infra petita*). A regra da congruência ou correlação entre pedido e sentença é decorrência do princípio dispositivo.
- a)** Somente as proposições I e III estão corretas.
b) Somente a proposição III está correta.
c) Somente as proposições I e IV estão corretas.

- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente a proposição I está correta.

20ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A decisão do juízo *a quo* que releva a deserção é preclusiva e agravável.
 - II. A liquidação de sentença pode ser requerida mesmo se pendente apelação com efeito suspensivo.
 - III. A citação para a liquidação de sentença pode ser realizada por mandado ou por correio, exigindo-se do advogado, para recebê-la, poderes especiais no mandato.
 - IV. Não concordando com o cálculo realizado pelo contador judicial, o credor poderá promover a execução pelo valor que originalmente apresentou, cabendo ao devedor apresentar impugnação por excesso de execução.
- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

21ª Questão: Em tema de cumprimento de sentença, assinale a alternativa **correta**:

- I. O prazo para a impugnação à execução de obrigação pecuniária prevista em sentença transitada em julgado é de 10 dias, contado, em qualquer caso, da citação.
 - II. A multa de 10% pela impontualidade no pagamento da condenação pecuniária é devida tanto na execução definitiva quanto na provisória.
 - III. A multa de 10% pela impontualidade no pagamento incide em relação a toda a dívida, ainda que haja pagamento parcial.
 - IV. São devidos honorários de advogado na fase de cumprimento de sentença, independentemente daqueles devidos em decorrência da fase condenatória.
- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - c) Somente a proposição IV está correta.
 - d) Somente a proposição II está correta.
 - e) Somente a proposição I está correta.

22ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O cumprimento de sentença pode prosseguir até ulteriores termos, mesmo após ser recebida impugnação com efeito suspensivo, se oferecida caução idônea suficiente.
- II. O ato que resolve impugnação é, em qualquer caso, sentença.
- III. O juízo *a quo*, ao decidir sobre os efeitos em que recebe a apelação, deve se ater exclusivamente à lei, mas o relator, no tribunal, pode estender as hipóteses de concessão de efeito suspensivo quando exista receio de lesão grave e de difícil reparação.
- IV. Pode haver alienação coativa de bem

constritado na execução provisória se o recurso pendente for agravo de instrumento em recurso especial.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente a proposição II está correta.
- e) Somente a proposição I está correta.

DIREITO DO CONSUMIDOR

23ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços pode ser proposta no domicílio do autor, consumidor. O fornecedor demandado que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo seu segurador para o exercício da ação incidente de garantia que constitui a denunciação da lide.
- II. Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais.
- III. O Ministério Público não detém legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares pois a legitimação é atribuída por lei às associações de alunos, de pais e alunos responsáveis, indispensável em qualquer caso o apoio de pelo menos vinte por cento dos pais de alunos de estabelecimento de ensino, ou dos alunos, no caso de ensino superior.
- IV. Nas demandas coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, o Ministério Público sempre atuará como *custos legis*, exceto se figurar como proponente da ação.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

24ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Toda publicidade dirigida ao consumidor é fonte de obrigação para o fornecedor, desde que por ele veiculada, e passa a gerar os efeitos jurídicos de uma oferta, integrando o futuro contrato.
- II. Em tema de contrato de compra e venda de imóveis mediante pagamento em prestações, nas ações de rescisão, seja a pedido do vendedor por inadimplemento do comprador ou por iniciativa deste porque não consegue pagar as prestações, consideram-se nulas as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor. Nesses casos o fornecedor não pode sequer pretender indenização ou compensação pela ocupação e vantagem econômica auferida pelo consumidor se a consequência da demanda for a retomada do bem a favor daquele.
- III. A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade. Todavia, admite-se excepcionalmente que o contrato contenha cláusula, de comum acordo com o consumidor, que atenua a obrigação de indenizar se isto importar em desconto no preço final.
- IV. A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e IV estão corretas.

25ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Nas ações coletivas que tratem de interesses ou direitos coletivos, a sentença de improcedência do pedido por insuficiência de provas faz coisa julgada material *ultra partes*.
- II. Nas ações coletivas que tratem de interesses ou direitos difusos, a sentença de improcedência do pedido por insuficiência de provas permite que qualquer legitimado intente nova ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- III. Interesses ou direitos individuais homogêneos para os fins do Código de Defesa do Consumidor são aqueles entendidos como de origem comum, como por exemplo pessoas que consumiram água contaminada por um mesmo vazamento de produtos tóxicos e têm direito a indenização pelos correlatos danos pessoais.
- IV. Interesses ou direitos difusos para os fins do Código de Defesa do Consumidor são aqueles entendidos como transindividuais de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

26ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Compete à justiça estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviços públicos de telefonia quando a Anatel não seja litisconsorte passiva, assistente, nem oponente.
- II. Nos contratos bancários, mesmo aqueles submetidos aos ditames do Código de Defesa do Consumidor, é vedado ao juiz conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.
- III. Há diferença fundamental entre a responsabilidade por vício e a responsabilidade por fato do produto: a primeira (vício) trata de perda patrimonial para o consumidor que normalmente não ultrapassa os limites do valor do próprio produto ou serviço em que são observados apenas vícios de qualidade e quantidade a afetar o funcionamento ou o valor da coisa; a segunda (fato do produto) é normalmente de maior vulto pois constata-se a potencialidade danosa na qual os defeitos oferecem risco à saúde e segurança do consumidor de modo a ultrapassar o valor dos produtos ou serviços adquiridos.
- IV. A execução da Política Nacional de Relações de Consumo é orientada, dentre outros, pelos seguintes instrumentos: manutenção de assistência jurídica integral e gratuita para o consumidor carente; instituição de promotorias de justiça de defesa do consumidor no âmbito do Ministério Público; criação de varas especializadas para a solução de litígios de consumo; prestação de informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

27ª questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O fornecedor do produto ou serviço é responsável solidário pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos, salvo cláusula expressa em sentido contrário.
- II. Nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, em caso de procedência do pedido, a condenação será preferencialmente líquida e fixará a responsabilidade do réu pelos danos causados, admitida no entanto a liquidação por arbitramento ou por artigos.
- III. O Código de Defesa do Consumidor estabelece o prazo de cinco anos para a prescrição da ação que tenha por objeto a reparação de danos causados pelo fato do produto, iniciada a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- IV. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos, como por exemplo condicionar o mútuo para aquisição de moradia à contratação de seguro habitacional com o agente financeiro ou com seguradora por este indicada.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

28ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter privado.
- II. Sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, o consumidor poderá exigir sua imediata correção.
- III. Opera-se a decadência no prazo de 30 dias, quanto ao direito de reclamar pelos vícios aparentes, tratando-se de fornecimento de serviços ou de produtos duráveis.
- IV. Somente poderão constar nos bancos de dados as informações negativas sobre consumidores relativas aos últimos dois anos.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições II e III estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

29ª Questão: O Código de Defesa do Consumidor, ao dispor sobre a proteção contratual, estabelece:

- I. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigam os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de

modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

- II. A incidência do princípio da interpretação mais favorável ao consumidor pressupõe a presença de cláusulas ambíguas ou contraditórias em contrato de consumo e de adesão.
- III. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura, ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou em domicílio. Se o consumidor exercer o direito de arrependimento, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.
- IV. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito. O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada, em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso de produto em linguagem didática, com ilustrações.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

30ª Questão: Nos termos das normas jurídicas de ordem pública, considere as seguintes proposições e assinale a opção **correta**:

- I. Nos contratos de planos de saúde, é proibida a cláusula que fixa o reajuste das prestações pecuniárias em razão da faixa etária.
- II. A oferta publicitária de crédito deve garantir ao consumidor o direito à informação prévia, ostensiva e adequada sobre a taxa efetiva anual de juros.
- III. Os dados contábeis que dão base à oferta publicitária de crédito devem ser organizados pelo fornecedor e informados aos interessados, sob pena de responsabilidade penal.
- IV. Prevaler-se da fraqueza ou ignorância do consumidor idoso para impingir-lhe uma operação de crédito consignado é uma prática abusiva.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

31ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Verificada a prática de ato infracional, a autoridade judicial pode aplicar ao adolescente, dentre outras, as seguintes medidas: obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional. No procedimento para aplicação de medida socioeducativa é nula a desistência de outras provas mesmo diante da confissão do adolescente. A simples confissão, por si só, não pode sustentar decisão de internação, devendo o juiz confrontar o seu teor com as demais provas do processo e verificar se existe compatibilidade entre elas.
- II.** Se o fato for grave, passível de aplicação de medida de internação ou colocação em regime de semiliberdade, o juiz ao verificar que o adolescente não possui advogado constituído deve nomear-lhe defensor sob pena de nulidade do processo. O advogado constituído ou o defensor nomeado oferece, no prazo de 3 (três) dias contados da audiência de apresentação, defesa prévia e indica o rol de testemunhas.
- III.** As medidas socioeducativas podem ser aplicadas cumulativamente sem prejuízo de encaminhamento do adolescente a tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial e inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- IV.** A medida de internação só pode ser aplicada quando se tratar de ato infracional: cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta. Nesta última hipótese o prazo de internação não pode superar 6 (seis) meses. A prática de ato infracional análogo ao delito de tráfico de entorpecentes, em razão de sua gravidade abstrata, por si só, não autoriza a segregação do adolescente.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
d) Somente as proposições II e III estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

32ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Considera-se adoção internacional aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil. Os brasileiros residentes no exterior têm tratamento igualitário em relação aos estrangeiros, inadmitida a preferência nos casos de adoção internacional de criança ou adolescente

brasileiro.

- II.** A adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil somente tem lugar quando restar comprovado: que a colocação em família substituta é a solução adequada ao caso concreto; que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família substituta brasileira, após consulta aos cadastros estaduais e nacional de pessoas e casais habilitados; que em se tratando de adoção de adolescente, este foi consultado por meios adequados ao seu estágio de desenvolvimento e se encontra preparado para a medida conforme parecer elaborado por equipe interprofissional.
- III.** A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível nas modalidades de guarda e adoção. A pessoa ou casal estrangeiro interessado em adotar criança ou adolescente brasileiro deve formular pedido de habilitação à adoção perante a Autoridade Central em matéria de adoção internacional no país onde está situada sua residência habitual e, se esta considerar que os solicitantes estão habilitados e aptos para adotar, emite um relatório que contenha as informações pertinentes que é encaminhado à Autoridade Central Estadual com cópia para a Autoridade Central Federal Brasileira.
- IV.** Na hipótese de concordância dos pais com pedido de colocação em família substituta, estes são ouvidos pela autoridade judiciária e pelo representante do Ministério Público, tomadas por termo as declarações. O consentimento dos titulares do poder familiar é precedido de orientações e esclarecimentos pela equipe interprofissional da justiça da infância e juventude, em especial, no caso de adoção, sobre a irrevogabilidade da medida. O consentimento é retratável até a data da publicação da sentença constitutiva da adoção.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

33ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Constituem, dentre outros, crimes contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão, sujeitos a penas de reclusão: subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto; prometer ou efetivar a entrega de filho a terceiro, mediante paga ou recompensa; promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fim de obter lucro; vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfico envolvendo criança ou adolescente.
- II.** Constituem, dentre outras, infrações administrativas sujeitas a penas de multa: deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de saúde ou de ensino fundamental, pré-escola ou creche de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento que envolvam suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente; divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança e adolescente a que se atribua ato infracional; deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- III.** Constituem, dentre outros, crimes contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão, sujeitos a penas de detenção: deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto; submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento; deixar de apresentar à autoridade judiciária de seu domicílio, no prazo de cinco dias, com o fim de regularizar a guarda, adolescente trazida de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, mesmo que com autorização dos pais ou responsável.
- IV.** Os crimes contra a criança e o adolescente são de ação pública incondicionada. Aplicam-se aos crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente as normas da parte geral do Código Penal e quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.

- a)** Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b)** Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c)** Somente as proposições II e III estão corretas.
- d)** Somente as proposições I e IV estão corretas.
- e)** Todas as proposições estão corretas.

34ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais. Contudo, a morte dos adotantes, a critério do juiz, ouvido o Ministério Público e desde que atendidos os requisitos legais, pode restabelecer o pátrio poder dos pais naturais.
 - II.** Os filhos havidos fora do casamento, inclusive os incestuosos, poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação. O reconhecimento não pode preceder o nascimento do filho pois a personalidade da pessoa começa do nascimento com vida.
 - III.** O reconhecimento de estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível e pode ser exercido contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça.
 - IV.** A prática de ato de alienação parental fere direitos fundamentais da criança e do adolescente tais como: de convivência familiar saudável; de integridade moral; de proteção do melhor interesse da criança e do adolescente. A criança ou adolescente é induzido a afastar-se do outro genitor, o que gera contradição de sentimentos e prejuízo ao vínculo entre ambos, passando a identificar-se com o genitor patológico e a aceitar como verdadeiro tudo que lhe é informado.
- a)** Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - b)** Somente as proposições II e III estão corretas.
 - c)** Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - d)** Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - e)** Todas as proposições estão corretas.

35ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** A sentença que deferir a adoção produz efeito desde logo, embora sujeita a apelação, que é recebida exclusivamente no efeito devolutivo, salvo se se tratar de adoção internacional ou se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao adotando. A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação que é recebida apenas no efeito devolutivo.
 - II.** A competência territorial do juiz da infância e da juventude, no caso de criança ou adolescente em situação irregular a teor do princípio do juízo imediato originário, é determinada pelo domicílio dos pais ou responsável ou do lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.
 - III.** Compete ao juiz disciplinar por portaria, ou autorizar por alvará, a entrada e permanência de criança e adolescente desacompanhado dos pais ou responsável em: estádio, ginásio, campo desportivo; bailes e promoções dançantes; boate ou congêneres; casa que explore comercialmente diversão eletrônica; estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão. Contra tais decisões cabe o recurso de agravo, independentemente de preparo, cujo prazo para interposição é de 10 (dez) dias.
 - IV.** A ação civil pública na defesa dos interesses difusos e coletivos vinculados à infância e juventude deve ser proposta no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão. Para a sua propositura, é legitimado, concorrentemente com outras instituições e entidades, o Ministério Público. Admite-se o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses e direitos antes referidos.
- a)** Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - b)** Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - c)** Somente as proposições II e III estão corretas.
 - d)** Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - e)** Todas as proposições estão corretas.

BLOCO DOIS

DIREITO PENAL

36ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a)** Configura-se a tentativa nos crimes omissivos próprios ou de mera conduta e nos crimes preterdolosos.
- b)** Nos casos de desistência voluntária e de arrependimento posterior, o agente só responde pelos atos já praticados.
- c)** Na extorsão mediante sequestro, o concurso de duas ou mais pessoas qualifica o delito, havendo causa especial de diminuição de pena caso um dos concorrentes informe à autoridade a localização do sequestrado, facilitando a sua liberação.
- d)** O delito de sonegação fiscal tipificado na Lei n. 8.137/1990, por ser crime material ou de resultado, não torna imprescindível o lançamento definitivo do crédito tributário para a sua consumação, com o esgotamento do processo fiscal, sem o qual não há constituição do crédito tributário.
- e)** O crime de cartel (elevar sem justa causa o preço de bem e ou serviço, valendo-se de posição dominante no mercado) é crime material para cuja consumação não se exige o resultado.

37ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Na aplicação das causas especiais de diminuição, a pena final pode ser fixada aquém da pena mínima cominada.
 - II.** O delito de lesão corporal culposa no trânsito admite a forma tentada.
 - III.** A direção de veículo automotor, em via pública, sob o efeito de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa, exige para a sua configuração a exposição da incolumidade de outrem a dano potencial.
 - IV.** Os delitos de trânsito consistentes em homicídio culposo, a critério do Ministério Público, podem ser processados perante o Juizado Especial Criminal.
- a)** Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
 - b)** Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
 - c)** Somente as proposições II e III estão incorretas.
 - d)** Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
 - e)** Todas as proposições estão incorretas.

38ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. As penas de prestação de serviços comunitários e de comparecimento a programa educativo, para os usuários de drogas, previstas na Lei n. 11.343/2006, serão aplicadas pelo prazo máximo de cinco meses, e, em caso de reincidência, pelo prazo máximo de dez meses.
- II. Aquele que oferece droga eventualmente, e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem, pratica o delito do uso compartilhado, estando isento de pena privativa de liberdade.
- III. Em caso de descumprimento injustificado da pena de prestação de serviços à comunidade prevista na Lei n. 11.343/2006, o juiz converterá em pena privativa de liberdade conforme determina o Código Penal, deduzido o tempo já cumprido.
- IV. A Lei n. 11.343/2006 prevê a configuração de normas penais em branco, as quais, diante disso, dependem de norma complementar de órgão administrativo do Poder Executivo da União.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

39ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) No caso de concurso de crimes, para efeito de livramento condicional o cálculo incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- b) A duração máxima do Regime Disciplinar Diferenciado é de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie, até o limite de um terço da pena aplicada.
- c) Tratando-se de quadrilha para cometimentos de crimes hediondos, o delito é apenado com reclusão de 3 a 6 anos, aplicando-se a pena em dobro no caso de violência ou grave ameaça.
- d) São direitos do preso: alimentação suficiente e vestuário; atribuição de trabalho e sua remuneração; previdência social; exercício de atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatível com a execução da pena; proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; entrevista pessoal e reservada com o advogado; chamamento nominal.
- e) As sanções disciplinares da Lei de Execução Penal serão aplicadas por ato motivado do diretor do estabelecimento, até mesmo a inclusão no Regime Disciplinar Diferenciado desde que previamente comunicado o juiz competente.

40ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Aquele que deixa de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber ser inexata, comete crime omissivo previsto no Código de Defesa do Consumidor, admitindo-se tanto o dolo direto quanto o dolo eventual.
- II. O agente que comete o fato impelido pelo temor reverencial, por ser coação irresistível, é isento de pena, punindo-se apenas o autor da coação.
- III. Quem, de qualquer forma, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas; se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a mesma pena, diminuída de um sexto a um terço.
- IV. Comete crime de abuso de autoridade aquele que submete pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
- V. Comete peculato o funcionário público que exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

- a) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I e IV estão corretas.

41ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É sempre considerado hediondo o homicídio simples praticado em atividade de grupo de extermínio.
- b) À lesão corporal de natureza grave praticada com prevalência de relações domésticas contra pessoa portadora de deficiência, além da qualificação introduzida pela Lei n. 11.340/2006, incide majoração de um terço.
- c) Em relação à aplicação da lei penal, goza da imunidade material da Constituição da República o parlamentar que, no exercício de seu mandato, expressar opiniões, palavras e votos, de modo que jamais se poderá identificar qualquer dos chamados crimes de opinião ou crimes da palavra.
- d) É causa de especial aumento de pena a utilização dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza para a prática, indução ou incitação à discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- e) A caça para subsistência é hipótese legal para a concessão, ao residente em área rural, do porte de arma de fogo de uso permitido, desde que atendidas as exigências específicas a esta modalidade.

42ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Trata-se de contravenção penal o uso, publicamente, de uniforme ou de distintivo de função pública que não exerce.
- II. Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- III. Quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, não responderá pelo crime por ausência de potencial consciência da ilicitude.
- IV. Em todos os crimes contra a propriedade intelectual previstos no Código Penal, o intuito de lucro direto ou indireto é exigido para a caracterização do tipo penal.

- a) Somente a proposição I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

43ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Não há o crime de estupro, nos termos do Código Penal, na relação sexual consensual praticada com maior de 14 e menor de 18 anos.
- II. É pública, condicionada a representação, a ação penal por crime de sonegação fiscal.
- III. O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente é causa atenuante de pena nos crimes praticados contra o meio ambiente.
- IV. No caso de concurso formal impróprio, como a conduta deriva de desígnios autônomos, a pena é aplicada pelo sistema da exasperação.
- V. Nomear, admitir ou designar servidor contra expressa disposição de lei é crime de responsabilidade de prefeitos e vereadores.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente a proposição II, IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

44ª Questão: Sobre a Lei de Tortura (Lei n. 9.455/1997), assinale a alternativa **correta**:

- I. O condenado por crime previsto na Lei de Tortura, sem exceções, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
- II. Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação sexual não constitui crime de tortura.
- III. É crime qualificado pelo resultado a tortura que gere na vítima lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.
- IV. Não há crime de tortura previsto no Código Penal Militar, razão pela qual a conduta típica de tortura por policial militar enseja a aplicação da Lei n. 9.455/1997.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

45ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor tem duração de dois meses a cinco anos.
- II. Quando o agente estiver participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, não autorizada pela autoridade competente, da qual resulte lesão corporal culposa, a apuração do delito dependerá sempre de representação.
- III. Constituirá efeito da condenação a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.
- IV. Se o condenado por sentença penal transitada em julgado perdeu a função pública como efeito da condenação, ocorrendo a sua reabilitação, não se reintegra à situação funcional anterior.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

46ª Questão: No procedimento dos crimes da competência do Júri, indique como deve proceder o juiz quando alegada, na fase intermediária, a legítima defesa não acolhida, e demonstrada, inequivocamente, a inimputabilidade do réu:

- a) Absolver.
- b) Impronunciar.
- c) Pronunciar.
- d) Absolver, com aplicação de medida de segurança.
- e) Suspender o processo.

47ª Questão: A representação é retratável desde que manifestada

- a) antes do oferecimento da denúncia.
- b) antes do recebimento da denúncia.
- c) antes da primeira manifestação da defesa.
- d) antes da sentença.
- e) antes da ouvida das testemunhas.

48ª Questão: Encerrada a instrução criminal e surgindo das provas amealhadas nova definição jurídica do fato imputado, haverá necessidade de:

- a) Ser ouvida a defesa se a nova situação for menos gravosa.
- b) Aditamento se a nova situação for mais gravosa.
- c) Aditamento em qualquer situação.
- d) Nenhuma providência, se a nova situação for mais benéfica.
- e) Reinquirição de testemunhas.

49ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. No julgamento pelo Tribunal do Júri é indispensável a presença do réu, salvo quando ele estiver em lugar incerto e não sabido.
- II. Arquivado o inquérito policial a requerimento do Ministério Público, da decisão caberá recurso em sentido estrito.
- III. No julgamento pelo Tribunal do Júri poderão os jurados perquirir por intermédio do Juiz-Presidente.
- IV. No crime de estupro, sendo a vítima maior de 18 anos, a ação penal será pública condicionada.
- V. No julgamento pelo Tribunal do Júri a concessão de aparte constitui faculdade do aparteado.

- a) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e V estão corretas.
- d) Somente as proposições III e V estão corretas.
- e) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.

50ª Questão: No âmbito do sistema dos Juizados Especiais, regramentos específicos devem ser observados. Indique, tendo em conta as proposições, a alternativa **correta**:

- I. Na audiência preliminar, presentes as partes envolvidas devidamente representadas por seus respectivos advogados, poderá haver a composição dos danos, circunstância que, independentemente da qualidade da infração penal em tese cometida, levará à homologação judicial com a consequente renúncia ao direito de queixa ou representação.
- II. Ao Ministério Público é facultado oferecer proposta de transação penal, desde que legitimado para tanto, devendo observar, todavia, a eventual inexistência de condenação criminal anterior, de concessão do mesmo benefício no quinquênio anterior e, além disso, as circunstâncias pessoais do pretense infrator, bem como aquelas relacionadas ao caso concreto.
- III. O oferecimento de denúncia pelo Ministério Público ocorrerá oralmente na audiência preliminar, devendo a proposição de suspensão condicional do processo acontecer somente após a apresentação da defesa preliminar, já na audiência de instrução e julgamento.
- IV. O juiz ao prolatar a sentença condenatória

aplicará a pena privilegiando a imposição de pena diversa da privativa de liberdade.

- a) Somente a proposição I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- e) Somente a proposição I e III estão corretas.

51ª Questão: Sendo o acusado citado por edital na forma do Código de Processo Penal, não comparecendo e nem constituindo advogado:

- a) Ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, com a produção de todas as provas, de forma antecipada, com a presença do Ministério Público e do defensor dativo imediatamente nomeado.
- b) Ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção das provas consideradas urgentes, assim reconhecidas, e, se for o caso, decretar a sua prisão preventiva, na forma do Código de Processo Penal.
- c) Ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, com o decreto de prisão preventiva do réu, na forma do Código de Processo Penal.
- d) O juiz decreta a revelia do acusado e nomeia-lhe prontamente defensor dativo para apresentar resposta, por escrito, em dez dias, com a designação de audiência de instrução e julgamento, determinando a intimação das testemunhas arroladas pelas partes para regular ouvida.
- e) A suspensão é automática e não necessita de pronunciamento judicial.

52ª Questão: Quanto ao procedimento sumário:

- I. Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, se possível, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Código de Processo Penal, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado e procedendo-se, finalmente, aos debates.
 - II. Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, proceder-se-á ao interrogatório do acusado, seguindo-se à tomada de declarações do ofendido, se possível, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, em número de seis, respectivamente, nesta ordem, ressalvado o disposto no Código de Processo Penal, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, com alegações via memoriais.
 - III. Na instrução, poderão ser inquiridas até cinco testemunhas arroladas pela acusação e cinco pela defesa.
 - IV. As alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, sentença.
 - V. As alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 10 (dez) minutos, prorrogáveis por mais 5 (cinco), proferindo o juiz, a seguir, sentença.
- a) Somente as proposições I e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições II e V estão corretas.
 - e) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.

53ª Questão: Quanto à prisão em flagrante:

- I. É flagrante apenas quem é apanhado cometendo a infração penal ou acaba de cometê-la.
- II. Está em estado de flagrante delito quem está cometendo a infração penal ou acaba de cometê-la; é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- III. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou a pessoa por ele indicada.
- IV. Quando o fato for praticado em presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções, constarão do auto a narração deste fato, a voz de prisão, as declarações que fizer o preso e os depoimentos das

testemunhas, sendo tudo assinado pela autoridade, pelo preso e pelas testemunhas e remetido imediatamente ao juiz a quem couber tomar conhecimento do fato delituoso, se não o for a autoridade que houver presidido o auto.

- V. Nas infrações permanentes, entende-se em estado de flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições IV e V estão corretas.
 - e) Somente as proposições I, II e V estão corretas.

54ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O interrogatório do réu preso será realizado em sala própria, no estabelecimento em que estiver recolhido, desde que estejam garantidas a segurança do juiz, do membro do Ministério Público e dos auxiliares bem como a presença do defensor e a publicidade do ato.
 - II. Excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício, ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para atender as finalidades descritas na lei.
 - III. O abandono do defensor em relação ao processo será comunicado à Ordem dos Advogados do Brasil, com incidência de multa de 10 (dez) a 50 (cinquenta) salários mínimos.
 - IV. O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.
 - V. As perguntas das partes serão requeridas ao juiz, que as formulará à testemunha. O juiz não poderá recusar as perguntas da parte, salvo se não tiverem relação com o processo ou importarem em repetição de outra já respondida.
- a) Somente as proposições III e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições II e V estão corretas.
 - e) Somente as proposições II, III e V estão corretas.

55ª Questão: No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar (Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha), a autoridade policial deverá, entre outras providências:

- I. Garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
- II. Encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.
- III. Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
- IV. Se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.
- V. Informar à ofendida os direitos a ela conferidos na Lei Maria da Penha e os serviços disponíveis.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- d) Somente as proposições IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

56ª Questão: Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente:

- a) A ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou municipal.
- b) Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- c) Ação declaratória de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou federal.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.
- e) Ação declaratória de inconstitucionalidade de lei estadual ou federal.

57ª Questão: Qualquer cidadão em pleno gozo de seus direitos políticos pode invalidar atos ou contratos administrativos ilegais ou lesivos ao patrimônio da União, Estados ou Municípios. Esta afirmação refere-se a:

- a) Mandado de segurança.
- b) *Habeas data*.
- c) Ação popular.
- d) Ação de improbidade administrativa.
- e) Mandado de injunção.

58ª Questão: A República Federativa do Brasil, constituída pela união indissolúvel dos Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, constitui-se em Estado Democrático e de Direito e tem como fundamento:

- a) A independência nacional, a soberania, a sociedade livre, a dignidade da pessoa humana e a liberdade individual.
- b) A soberania nacional, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político.
- c) A cidadania, a dignidade da pessoa humana, os

valores sociais do trabalho e econômicos da livre iniciativa, o pluralismo político.

- d) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a livre concorrência, o pluralismo político e a defesa da paz.
- e) A cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores econômicos e sociais do trabalho, da livre iniciativa, da livre concorrência, o pluralismo político

59ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar as causas e os conflitos entre a União e os Estados-Membros, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, incluindo as respectivas entidades indiretas.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal a homologação de sentença estrangeira e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- c) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado, e do outro, município ou pessoa residente ou domiciliada no país.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar mandado de injunção quando a elaboração de norma regulamentadora for atribuição do órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.
- e) Compete ao Conselho Nacional de Justiça, que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, com poderes correccionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

60ª Questão: Considerando o texto da Constituição da República e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **correta**:

- I. Considerando a supremacia e a força normativa da Constituição, o seu preâmbulo adquire extrema relevância jurídica, criando direitos e obrigações.
- II. O poder constituinte originário é inicial, autônomo, ilimitado juridicamente e soberano em suas decisões, sendo certo que poderá, inclusive, estabelecer a pena de morte. Por sua vez, o poder constituinte derivado deve obedecer às regras colocadas e impostas pelo poder constituinte originário, sendo limitado e condicionado aos parâmetros impostos a ele.
- III. A desconstitucionalização é o fenômeno por meio do qual as normas da Constituição anterior, desde que compatíveis com a nova ordem constitucional, permanecem em vigor com *status* de lei infraconstitucional. No sistema jurídico pátrio, o fenômeno somente será percebido quando a nova Constituição expressamente o prever.
- IV. As normas constitucionais de eficácia contida estão aptas a todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição da República, podendo a norma infraconstitucional reduzir sua abrangência. Porém, enquanto isso não ocorrer, a norma tem eficácia plena.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

61ª Questão: A respeito dos precatórios, assinale a alternativa **correta**:

- I. Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.
- II. O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.
- III. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, dependendo o ato da concordância do devedor.
- IV. A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

62ª Questão: Sobre os Estados Federados é **INCORRETO** afirmar:

- a) O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observados também mais alguns critérios estabelecidos na Constituição da República.
- b) Compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.
- c) A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.
- d) Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, sem ressalvas.
- e) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, observados também mais alguns critérios estabelecidos na Constituição da República.

63ª Questão: Considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Os Estados organizarão sua justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição da República, e a competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado.
- II. Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
- III. O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
- IV. Para diminuir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

- a) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

64ª Questão: Sobre as Leis Delegadas é **INCORRETO** afirmar:

- a) A lei delegada prevista na Constituição da República é exceção ao princípio da indelegabilidade de atribuições de um Poder para outro Poder. É uma delegação *externa corporis*, ou seja, para fora do corpo do Poder Legislativo.
- b) A delegação ao Presidente da República se faz por meio de resolução do Congresso Nacional.
- c) São também indelegáveis os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, as leis sobre organização do Poder Judiciário e do Ministério Público e as matérias reservadas à lei complementar.
- d) Só é possível delegar ao Presidente da República se este solicitar. Em outras palavras: o Legislativo não pode obrigar o Presidente da República a legislar.
- e) O conteúdo do projeto de lei delegada poderá ser alterado, mas terá que ser votado em única votação.

65ª Questão: Considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
 - II. Compete privativamente aos tribunais organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.
 - III. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.
 - IV. Somente pelo voto da maioria dos membros presentes na sessão do Pleno ou do respectivo Órgão Especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- a) Todas as proposições estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - e) Somente as proposições I e IV estão corretas.

DIREITO ELEITORAL

66ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A decisão que declarar a inelegibilidade do candidato negar-lhe-á ou cancelar-lhe-á o registro, se já tiver sido feito, ou declarar-lhe-á nulo o diploma, se já expedido.
- b) A declaração de inelegibilidade do candidato a Prefeito Municipal não atingirá o candidato a Vice-Prefeito, assim como a deste não atingirá aquele.
- c) O recurso contra a diplomação, interposto pelo representante, não impede a atuação do Ministério Público no mesmo sentido.
- d) Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro de candidatos, impugná-lo em petição fundamentada.
- e) Tratando-se de registro a ser julgado originalmente por Tribunal Regional Eleitoral, observado o disposto na Lei Complementar n. 64/1990, o pedido de registro, com ou sem impugnação, será julgado em 3 (três) dias, independente de publicação em pauta.

67ª Questão: Considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.
 - II. Se a convenção partidária de nível inferior se opuser, na deliberação sobre coligações às diretrizes legitimamente estabelecidas pelo órgão de direção nacional, nos termos do respectivo estatuto, poderá esse órgão anular a deliberação e os atos dela decorrentes.
 - III. A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 1º a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral.
 - IV. Na hipótese de o partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral, observado o prazo máximo de quarenta e oito horas seguintes à publicação da lista dos candidatos pela Justiça Eleitoral.
- a) Todas as proposições estão corretas.
 - b) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - e) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

68ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É obrigatório para o partido e para os candidatos abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.
- b) É vedado aos candidatos receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de concessionário ou permissionário de serviço público.
- c) Qualquer eleitor poderá realizar gastos em apoio a candidato de sua preferência, até a quantia equivalente a um mil UFIR, não sujeitos a contabilização, desde que não reembolsados.
- d) Não será considerada propaganda eleitoral antecipada a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se mencione a possível candidatura, ou se faça pedido de votos ou de apoio eleitoral.
- e) O descumprimento de algumas das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais sujeitará os candidatos a cassação do registro ou do diploma, e o descumprimento de outras sujeitará os candidatos somente a multa.

69ª Questão: É vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos, nos seguintes casos:

- a) Nos dois meses que antecedem o registro das candidaturas.
- b) Nos quatro meses que antecedem as eleições.
- c) Nos três meses que antecedem as eleições.
- d) Nos três meses que antecedem o registro das candidaturas.
- e) Nos quatro meses que antecedem as convenções partidárias.

70ª Questão: Quanto às normas para as eleições, assinale a alternativa **correta**:

- I. O Tribunal Superior Eleitoral poderá requisitar das emissoras de rádio e televisão, no período compreendido entre 31 de julho e o dia do pleito, até dez minutos diários, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, para divulgação de seus comunicados, boletins e instruções ao eleitorado.
- II. O Tribunal Superior Eleitoral poderá requisitar das emissoras de rádio e televisão, no período compreendido entre 30 de julho e o dia que antecede o pleito, até quinze minutos diários, contínuos, em dias espaçados, para divulgação de seus comunicados, boletins e instruções ao eleitorado.
- III. A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.
- IV. A partir do registro da candidatura do

candidato e do partido, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.

V. São permitidas, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, e a reprodução na internet do jornal impresso, de até dez anúncios de propaganda eleitoral, por veículo, em datas diversas, para cada candidato, no espaço máximo, por edição, de 1/8 de página de jornal padrão e de 1/4 de página de revista ou tabloide.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- d) Somente as proposições IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e V estão corretas.

BLOCO TRÊS

DIREITO EMPRESARIAL

71ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Para o ato ser considerado de comércio é necessário o cumprimento dos requisitos de exploração econômica, fins lucrativos e forma mercantil, ou que a lei declare esta qualidade.
- II. O direito de empresa foi uma das mais relevantes mudanças inseridas no Código Civil de 2002, abolindo a dualidade de normatização das obrigações e de diversos tipos de contratos.
- III. Quem exerce a profissão intelectual de natureza científica é sempre obrigado a se inscrever no Registro Público de Empresas Mercantis antes do início de sua atividade.
- IV. Cônjuges casados sob regime de comunhão universal de bens ou de separação obrigatória não podem contratar sociedade entre si ou com terceiros.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

72ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O Grupo de Consórcio não pode ser considerado uma sociedade.
 - II. As Cooperativas são sociedades empresárias.
 - III. Terceiros só podem provar, por escrito, a existência de uma sociedade.
 - IV. Somente Leis Tributárias e a Lei de Falência e Recuperação da Empresa desestimulam a atividade empresarial desorganizada que não mantenha seus livros obrigatórios e escrituração contábil em ordem.
- a) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
 - b) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
 - c) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
 - d) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
 - e) Todas as proposições estão incorretas.

73ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A sociedade controladora sempre exerce o direito de voto em correspondência ao total das ações ou quotas que detenha da sua controlada.
 - II. As obrigações dos sócios começam a partir do arquivamento do contrato na Junta Comercial.
 - III. É nula a obrigação contraída por Magistrado em nome de sociedade comercial da qual seja administrador.
 - IV. Os poderes de administração conferidos por cláusula contratual ao sócio não podem ser revogados por deliberação dos demais sócios.
- a) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
 - b) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
 - c) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
 - d) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
 - e) Todas as proposições estão incorretas.

74ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Quando pactuada, é admissível a cobrança da comissão de permanência, respeitado o limite dos juros remuneratórios avençados, desde que não excedida a taxa média de mercado aferida pelo Banco Central do Brasil, em todos os contratos bancários, mesmo os já quitados.
- II. Nas ações de busca e apreensão fundadas em contratos de financiamento garantidos por alienação fiduciária de bens móveis, justifica-se a conversão da busca e apreensão em ação de depósito quando já deferida e angularizada a relação processual.
- III. A nota promissória vinculada a contrato de cheque especial goza de autonomia.
- IV. Na ausência de pactuação expressa do indexador, aplica-se a taxa referencial como fator de correção monetária nos contratos do Sistema Financeiro da Habitação, porque aplicados aos saldos das cadernetas de poupança.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

75ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O *warrant*, quando destacado do conhecimento de depósito, torna-se título abstrato.
- II. A duplicata de fatura é título que admite aval.
- III. Número inferior a três membros não impede o funcionamento do Comitê de Credores na falência.
- IV. O deferimento do processamento da recuperação judicial é causa suspensiva da prescrição de execução movimentada por credores particulares em face do sócio solidário.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

76ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O empresário casado sob regime de comunhão universal pode alienar, ou gravar de ônus, imóvel integrante do patrimônio da empresa, sem outorga uxória.
- II. O Código Civil veda a quem tenha como sua principal profissão a atividade rural, a possibilidade de requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- III. O sócio não pode ser impedido de examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da sociedade.
- IV. A tabela *price* não implica capitalização.

- a) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições II e III estão incorretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

77ª Questão: Segundo a Lei n. 11.101/2005, que trata da Falência e da Recuperação da Empresa, assinale a alternativa **correta**:

- I. As microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme definidas em lei, poderão apresentar plano especial de recuperação judicial, desde que afirmem sua intenção de fazê-lo na petição inicial e cujo plano não poderá prever parcelamento superior a 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano).
- II. O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes. Deste valor será reservado 60% (sessenta por cento) do montante devido ao administrador judicial para pagamento após aprovadas as suas contas.
- III. Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o Comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial.
- IV. São exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, inclusive as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

78ª Questão: Segundo a Lei n. 11.101/2005, que trata da Falência e da Recuperação da Empresa, assinale a alternativa **correta**:

- I. Na falência os bens perecíveis, deterioráveis, sujeitos à considerável desvalorização ou que sejam de conservação arriscada ou dispendiosa, poderão ser vendidos antecipadamente, após a arrecadação e a avaliação, mediante autorização judicial, ouvidos o Comitê e o falido no prazo de 48 (quarenta e oito)

horas.

- II. O administrador judicial poderá alugar ou celebrar outro contrato referente aos bens da massa falida, com o objetivo de produzir renda para massa falida, mediante autorização do Comitê. O bem objeto da contratação poderá ser alienado a qualquer tempo, independentemente do prazo contratado, rescindindo-se, sem direito a multa, o contrato realizado, salvo se houver anuência do adquirente.
- III. Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias, antecedem aos créditos derivados da legislação do trabalho, mesmo os limitados a 150 salários mínimos por credor e os créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado, na ordem de classificação dos créditos.
- IV. Na falência, os créditos retardatários perderão o direito a rateios eventualmente realizados e ficarão sujeitos ao pagamento de custas, não se computando os acessórios compreendidos entre o término do prazo e a data do pedido de habilitação.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

79ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) A Fazenda Pública, na execução fiscal, poderá substituir a Certidão da Dívida Ativa até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material e formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
- b) A Fazenda Pública, ajuizada a execução fiscal, só poderá substituir a Certidão da Dívida Ativa até a citação do devedor.
- c) A Fazenda Pública, na execução fiscal, só poderá substituir a Certidão da Dívida Ativa até a prolação da sentença de embargos, em qualquer hipótese.
- d) A Fazenda Pública, na execução fiscal, só poderá substituir a Certidão da Dívida Ativa para a correção de erro material e formal, podendo modificar o sujeito passivo da execução.
- e) A Fazenda Pública, na execução fiscal, poderá substituir a Certidão da Dívida Ativa, mesmo após a sentença de embargos, enquanto não transitar em julgado e modificar o sujeito passivo da execução.

80ª Questão: Dentre as afirmações abaixo, qual está de acordo com a teoria da recepção das normas gerais contidas no Código Tributário Nacional:

- a) O Código Tributário Nacional continua apenas com força de lei ordinária.
- b) O Código Tributário Nacional continua sendo lei ordinária, mas com força de lei complementar.
- c) O Código Tributário Nacional foi recebido como lei complementar, mas é revogável por lei ordinária.
- d) A força de lei complementar do Código Tributário Nacional só se restringe aos conflitos de competência entre a União e os Estados.
- e) O Código Tributário Nacional é lei complementar em sentido formal, mas lei ordinária em sentido material.

81ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) A compensação de créditos tributários poderá ser deferida em ação cautelar ou medida cautelar antecipada.
- b) A compensação de créditos tributários não poderá ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.
- c) A compensação de créditos tributários só poderá ser deferida em medida cautelar antecipada.
- d) O mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração de direito à compensação tributária.
- e) O direito à compensação tributária depende de prévio processo administrativo para ser apreciada judicialmente.

82ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Através de medida provisória pode a União majorar quaisquer tributos:
- b) Pode ser editada medida provisória pela União destinada a instituir tributos não previstos na Constituição da República.
- c) A medida provisória pode implicar na instituição ou majoração de impostos se for convertida em lei no prazo de 90 dias.
- d) A medida provisória editada pela União poderá implicar na instituição ou aumento de impostos, exceto o imposto de importação de produtos estrangeiros, imposto sobre produtos industrializados, imposto de importação para o exterior de produtos nacionais, imposto extraordinário e imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, só produzindo efeitos no exercício financeiro seguinte, se convertida em lei até o último dia daquele em que for editada.
- e) A medida provisória editada pelos Estados e Distrito Federal poderá instituir ou aumentar impostos estaduais, distritais ou municipais.

83ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) A União não pode fixar as alíquotas máximas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).
- b) A União pode, por lei complementar, instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- c) A União pode instituir isenções sobre tributos da competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) A União pode instituir isenções de impostos de sua competência tributária e de contribuições sociais dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
- e) À União é proibida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões porque lhe é vedado instituir tributos que não sejam uniformes em todo o território nacional.

84ª Questão: Nos termos do Código Tributário

Nacional, considera-se constituído o crédito tributário:

- a) Com a ocorrência do fato gerador.
- b) Com a notificação por escrito do contribuinte da ocorrência do fato gerador.
- c) Independentemente de homologação, com o lançamento do crédito tributário efetuado pelo contribuinte.
- d) Com o recolhimento antecipado do tributo.
- e) Com a ocorrência do lançamento do crédito tributário efetuado pela autoridade administrativa.

85ª Questão: Nas operações interestaduais entre contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS):

- a) O destinatário deve se debitar da alíquota interestadual.
- b) O destinatário deve se creditar da alíquota interestadual e se debitar da alíquota interna.
- c) O remetente está isento do imposto.
- d) O imposto é deferido para o destinatário da mercadoria ou serviço.
- e) O remetente deve aplicar a alíquota interna.

DIREITO AMBIENTAL

86ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Às pessoas jurídicas, nos delitos ambientais, são aplicáveis as penas de multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade.
- II. Os crimes contra a fauna silvestre são de competência da Justiça Federal, sendo de competência da justiça comum quando se tratar de animais domésticos ou domesticados.
- III. Nos delitos ambientais, o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente é circunstância que atenua a pena.
- IV. Não é crime o abate de animal, quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família, salvo no caso de pesca em época de defeso da espécie.
- V. Nos delitos ambientais as penas restritivas de direito, sendo favoráveis todas as circunstâncias judiciais, substituem as privativas de liberdade quando se tratar de crime culposos ou for aplicada pena privativa de liberdade inferior a quatro anos.

- a) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e V estão corretas.

87ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A legislação veda expressamente a concessão de fiança ou liberdade provisória quando o crime de poluição for produzido por produto ou substância nuclear ou radioativa.
- II. Nos crimes previstos na lei ambiental (Lei n. 9.605/1990), a suspensão da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.
- III. Danificar vegetação primária ou secundária, em qualquer estágio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção constitui crime contra a flora.
- IV. Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende do ato autorizativo do Poder Público, salvo quando forem realizados pelo próprio poder concedente.
- V. Constitui crime contra o ambiente provocar incêndio em qualquer mata ou floresta, independentemente de ser de área de preservação permanente ou de Unidade de Conservação.

- a) Somente as proposições II e V estão corretas.
- b) Somente as proposições I e V estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.

88ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A caça, amadora ou profissional, nas Reservas Extrativistas é proibida.
- II. O Plano Diretor é de natureza obrigatória para cidades que integram área de especial interesse turístico.
- III. O Prefeito que impeça a realização do Plano Diretor viola os princípios da legalidade e da publicidade, praticando manifesto ato de improbidade administrativa, conforme Lei n. 8.429/1992.
- IV. É admissível, na recomposição de um reflorestamento, a plantação unicamente de eucaliptos e *pinus elliottii*, espécies de origem estrangeira e que são suficientes para restaurar o ecossistema original.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

89ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O princípio do desenvolvimento sustentável vem sempre impregnado de caráter constitucional, representando fator de obtenção do justo equilíbrio entre os interesses do poder econômico e as exigências concretas da ecologia.
- II. O princípio de direito constitucional da subsidiariedade não é aplicável em matéria de meio ambiente.
- III. No caso de potencial colisão entre princípios constitucionais estampados entre o direito ao meio ambiente equilibrado e o da livre iniciativa da atividade econômica, para produzir um justo equilíbrio cabe invocar o papel de harmonização ou otimização das normas, sem negar-se a eficácia de qualquer das regras.
- IV. O Estatuto da Cidade visa, também, o equilíbrio ambiental na dimensão territorial das cidades.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e II estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

90ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Constatando-se que os laudos do órgão ambiental foram baseados em erros que prejudicam o projeto de implantação de uma rede de esgoto, a autoridade ambiental deve anular sua decisão autorizativa do início dos trabalhos até posterior decisão.
- II. Tratando-se de ato jurídico perfeito, o órgão ambiental deve buscar decisão judicial para revogar a licença concedida.
- III. Os princípios da precaução e da prevenção nas hipóteses de impactos ambientais conhecidos são aplicados, sem distinção, às atividades públicas e às atividades particulares.
- IV. Os danos ao meio ambiente acarretam a responsabilidade civil da Administração Pública quando consequentes de omissão de seus agentes.

- a) Todas as proposições são corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV são corretas.
- c) Somente as proposições I e II são corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV são corretas.
- e) Somente as proposições I e IV são corretas.

91ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A Constituição da República prevê que o meio ambiente reflete o interesse difuso ecologicamente equilibrado, mas depende de quem seja o proprietário dos recursos ambientais.
 - II. Os Estados exercerão a competência legislativa absoluta se não existir lei federal sobre normas gerais envolvendo o meio ambiente.
 - III. Para o licenciamento e instalação de antenas de telefonia nas proximidades de escolas, levam-se, obrigatoriamente, em conta os princípios ambientais da prevenção e do poluidor-pagador.
 - IV. O princípio do *in dubio pro tecnologia* é aplicável em Direito Ambiental somente em casos especiais.
- a) Todas as proposições são corretas.
 - b) Somente as proposições II e III são corretas.
 - c) Somente as proposições II, III e IV são corretas.
 - d) Somente as proposições I e II são corretas.
 - e) Somente as proposições III e IV são corretas.

92ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A responsabilização civil das pessoas jurídicas, em tema ambiental, exime a cominação de sanção das pessoas físicas partícipes do mesmo fato.
 - II. O princípio da participação popular da proteção ao meio ambiente não está previsto na Constituição da República, sequer implicitamente.
 - III. Os cidadãos dispõem de livre acesso aos documentos relativos ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, sem restrição.
 - IV. Estação ecológica e reserva biológica são unidades de proteção integral e não de uso sustentável.
- a) Todas as proposições são corretas.
 - b) Somente as proposições II, III e IV são corretas.
 - c) Somente as proposições III e IV são corretas.
 - d) Somente as proposições I e II são corretas.
 - e) Somente as proposições I, III e IV são corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

93ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. É possível, antes de uma ação desapropriatória, o Poder Público e o proprietário acordarem sobre o preço do bem imóvel.
- II. Tendo a alienação do bem se consumado por meio de negócio jurídico bilateral e amigável, este acordo suprirá, *in specie*, o caráter de coercitividade de que se reveste a desapropriação, prevalecendo a natureza jurídica negocial e a teoria da autonomia da vontade.
- III. As desapropriações podem recair sobre bens móveis e imóveis tanto da pessoa física como jurídica, pública ou privada.
- IV. O procedimento da desapropriação possui somente a fase declaratória.
- V. Havendo muita pressa na desapropriação, alegada pela Administração Pública, o juiz pode negar a imissão provisória na posse, mesmo quando já depositada a quantia arbitrada.

- a) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- b) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições IV e V estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

94ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Uma das características dos contratos administrativos é a presença de cláusulas exorbitantes, justificadas pela supremacia do interesse público sobre o particular.
- II. Nos contratos administrativos não é possível a rescisão unilateral.
- III. A rescisão de um contrato administrativo pode ser judicial e administrativa, mas não amigável.
- IV. Os contratos de obras ocorrem quando o objeto pactuado consiste em construção (ex.: viaduto) ou reforma (ex.: prédio público) de bens considerados públicos.
- V. Os contratos privados geralmente traduzem um conjunto de direitos e obrigações em relação aos quais as partes se situam no mesmo plano jurídico, sem supremacia de uma sobre a outra.

- a) Somente as proposições III, IV e V são corretas.
- b) Somente as proposições II, III e V são corretas.
- c) Somente as proposições I, IV e V são corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV são corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

95ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Todos os institutos de Direito Administrativo são informados pelos respectivos princípios.
- II. Os princípios que regem a Administração Pública são os expressos, embora certas diretrizes fundamentais sejam consideradas válidas, já que baseadas em princípios implícitos ou reconhecidos, conforme a doutrina e a jurisprudência.
- III. Uma ação indenizatória decorrente de uma colisão de veículos e que tramita há 15 anos no Judiciário não fere os princípios da razoabilidade e o da segurança jurídica.
- IV. A Administração Pública deve ser regida segundo padrões éticos de probidade e decoro, embora possa dispensar que a atividade administrativa seja adequada entre os meios e os fins.
- V. O princípio da autotutela significa que a Administração Pública pode, por si só, revogar seus atos, invocando motivos de conveniência e oportunidade, sem necessitar recorrer ao Judiciário.

- a) Somente as proposições I, III e IV são corretas.
- b) Somente as proposições I, II e V são corretas.
- c) Somente as proposições III, IV e V são corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV são corretas.
- e) Somente as proposições II, IV e V são corretas.

96ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O ato administrativo discricionário, sendo motivado com a eiva da ilegalidade ou eivado de abuso de poder, pode ser revisto e/ou anulado pelo Poder Judiciário.
- II. Dentre os atributos dos atos administrativos encontram-se a presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade, características estas que não os diferenciam dos demais atos jurídicos.
- III. O procedimento administrativo é constituído de fases, sob o domínio da legalidade, isto é, atendendo ao princípio do devido processo legal.
- IV. A teoria dos motivos determinantes, desenvolvida no Direito francês, refere-se à indispensável correspondência dos motivos com a realidade fática.
- V. Convalidar um ato administrativo significa que a Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade.

- a) Somente as proposições I, II e V estão incorretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições II, IV e V estão incorretas.
- d) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- e) Somente as proposições I e V estão incorretas.

97ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Provimento é o ato pelo qual o servidor é investido no exercício do cargo, emprego ou função, sendo que o provimento acontece de forma originária ou derivada.
- II. A investidura em cargo público sempre depende de concurso de provas e títulos e com prazo de validade de dois anos, tudo na forma prevista em lei.
- III. A acumulação remunerada de cargos públicos é vedada, não abrindo a Constituição da República qualquer exceção.
- IV. A Constituição da República prevê apenas dois tipos de aposentadoria aos ocupantes de cargo público efetivo, ou seja, a compulsória e a voluntária.
- V. Por agente público, no Direito Administrativo Brasileiro, entende-se “servidor público”, “empregado público” e “funcionário público”, que são as pessoas legalmente investidas em cargo público.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições III, IV e V estão incorretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições IV e V estão incorretas.
- e) Somente as proposições I, II e V estão incorretas.

98ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Na responsabilidade civil objetiva cabe à Administração Pública defender-se provando a inexistência do fato administrativo, a inexistência do dano ou a ausência do nexo causal entre o fato e o dano.
- II. A reparação do dano ao lesado deve ser a mais ampla possível, constituindo-se no prejuízo que sofreu, não se incluindo aí as despesas que foi obrigado a fazer e, também, os juros de mora e honorários.
- III. Ao Município é assegurado o direito de regresso, fato não previsto na Constituição da República, quando o agente público é responsável pelo dano, por ter agido com dolo ou manifesta culpa.
- IV. O ressarcimento de uma lesão causada pelo representante do Estado a um particular pode ser na via administrativa, como fruto de acordo entre as partes.
- V. A responsabilidade do servidor público pode ser civil, penal e disciplinar, sendo correto afirmar, ainda, que ele pode sofrer os três tipos de sanção, sem violar a regra do *non bis in idem*.

- a) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- c) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

99ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. O processo administrativo cria no espírito do servidor um clima de desconfiança, mesmo que ele se defenda do modo mais amplo possível, fato que legitima e prestigia a Administração Pública.
- II. Além dos princípios gerais do processo judicial, o processo administrativo possui princípios típicos e próprios.
- III. Processo administrativo e sindicância administrativa são meios utilizados pela Administração Pública para apurar ocorrências anômalas no serviço público, não podendo haver processo sem sindicância.
- IV. A regra do *non bis in idem* no direito disciplinar significa:
 - 1. que pela mesma falta o servidor pode sofrer duas sanções da mesma natureza;
 - 2. que o servidor não pode sofrer uma suspensão por nove dias e, mais tarde, por 13 dias, em decorrência da mesma falta.
- V. A verdade sabida é meio sumário para aplicar uma pena, porém deixou de ser admitida em nosso ordenamento jurídico em virtude do princípio do contraditório e da ampla defesa.

- a) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I e V estão corretas.

100ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Revogação de ato praticado pela Administração Pública é a mesma coisa que anulação, embora a primeira possua efeitos que não retroagem (*ex nunc*) e a segunda possua efeitos que retroagem (*ex tunc*); aliás a anulação só pode ser feita pelo Judiciário.
- II. Caracterizam o desvio de poder:
 - 1. motivação do ato administrativo contra-ditório com suas consequências;
 - 2. inadequação entre motivos e efeitos;
 - 3. irracionalidade do procedimento desvirtuada da edição do ato administrativo.
- III. O ato administrativo pode ser inquinado de vício de legalidade, podendo, assim, ser anulado somente pelo Judiciário.
- IV. O exame de ato administrativo revela a existência de requisitos necessários à sua formação: competência, capacidade, motivo, publicidade e objeto.
- V. Em relação ao ato administrativo é correto afirmar:
 - 1. Todos os atos praticados pela Administração incluem-se na categoria de atos administrativos.
 - 2. A presunção de legitimidade não constitui atributo do ato administrativo.
 - 3. Para formar um ato administrativo são exigíveis dois requisitos: motivo e forma.

- a) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições I e V estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, III e V estão incorretas.
- d) Somente as proposições II e III estão incorretas.
- e) Somente as proposições III, IV e V estão incorretas.



..... Recorte-o e leve-o consigo

G A B A R I T O

1. A	2. E	3. B	4. A	5. C	6. D	7. A	8. C	9. D	10. A
11. B	12. E	13. D	14. B	15. B	16. C	17. C	18. A	19. E	20. B
21. C	22. B	23. D	24. E	25. A	26. C	27. C	28. A	29. B	30. E
31. A	32. C	33. D	34. C	35. A	36. C	37. B	38. D	39. D	40. E
41. D	42. D	43. C	44. D	45. B	46. C	47. A	48. C	49. A	50. B
51. B	52. C	53. Anula da	54. C	55. Anula da	56. B	57. C	58. B	59. D	60. C
61. E	62. D	63. D	64. E	65. C	66. A	67. E	68. E	69. C	70. C
71. C	72. D	73. A	74. A	75. B	76. D	77. D	78. A	79. A	80. B
81. B	82. D	83. B	84. E	85. E	86. A	87. A	88. A	89. E	90. E
91. B	92. C	93. D	94. C	95. B	96. D	97. C	98. C	99. D	100. C

Atenção: O gabarito e o Caderno de Prova serão divulgados no dia 6 de setembro, após as 16 (dezesesseis) horas, no sítio do Tribunal de Justiça www.tjsc.jus.br e na **Sala das Comissões**, 11º andar. O resultado **não** será fornecido por telefone.